



Número: **0931058-51.2024.8.19.0001**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
Órgão julgador: **7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital**
Última distribuição : **01/10/2024**
Valor da causa: **R\$ 23.332.653,18**
Assuntos: **Recuperação extrajudicial**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
COMERCIAL KM29 PNEUS LTDA. (REQUERENTE)		JULIANA HOPPNR BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO)	
BORRACHEIRO VIGARIO GERAL LTDA (RECLAMANTE)		JULIANA HOPPNR BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO)	
BORRACHEIRO TEIXEIRA DE CASTRO LTDA. (RECLAMANTE)		JULIANA HOPPNR BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
147612383	03/10/2024 12:05	Decisão	Decisão

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca da Capital

7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital

Palácio da Justiça, Avenida Erasmo Braga 115, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP:
20020-903

DECISÃO

Processo: 0931058-51.2024.8.19.0001

Classe: RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)

REQUERENTE: COMERCIAL KM29 PNEUS LTDA.

RECLAMANTE: BORRACHEIRO VIGARIO GERAL LTDA, BORRACHEIRO TEIXEIRA DE CASTRO LTDA.

Trata-se de pedido de recuperação judicial formulado por **COMERCIAL KM29 PNEUS LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 07.908.819/0001-09, com endereço na Avenida Brasil, nº 29.501, Realengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 22.730-230 ("KM29"); **BORRACHEIRO VIGÁRIO GERAL LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob nº 31.184.997/0001-00, com endereço na Avenida Brasil, nº 16.721, Irajá, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 21.230-043 ("Vigário Geral") e **BORRACHEIRO TEIXEIRA DE CASTRO LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob nº 15.484.675/0001-20, com endereço na Estrada do Tindiba, nº 1.575, Pechincha, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 22.740-361 ("Teixeira de Castro"), com base no artigo 47, artigo 69-G e seguintes da Lei 11.101/05.

Descrevem, em síntese, que todas as matrizes e filiais das requerentes são sediadas no Estado do Rio de Janeiro/RJ, onde concentram suas operações, ensejando a competência para conhecer e processar o pedido nesta Comarca da Capital do Rio de Janeiro.

Sustentam, inicialmente, o cabimento do processamento da recuperação judicial em consolidação processual, nos termos do art. 69-G da LRF.

Afirmam as requerentes que estão interligadas sob a gestão de um mesmo grupo familiar, onde KM29 e VIGÁRIO GERAL possuem como sócios administradores a Sra. Lilian Lamoia ("Lilian") e Gilson Gilberto ("Gilson"). Já a requerente TEXEIRA DE CASTRO possui como sócia administradora Juracy Lamoia – mãe de Lilian.

Ressaltam que a Sra. Lilian Lamoia ("Lilian") e o Sr. Gilson Gilberto ("Gilson") possuem procuração pública com poderes de Administração e representação da empresa TEIXEIRA DE CASTRO.

Além do controle societário comum, afirmam que há similitude do objeto social, relação



de controle ou dependência entre si, atuação conjunta no mercado e existência de garantias cruzadas em contratos bancários.

Narram que, na década de 70, foi aberta a primeira loja Gilson Pneus, às margens da Avenida Brasil, Irajá – Rio de Janeiro, e, pouco tempo depois da avançada comercialização de pneus, iniciou-se também a prestação dos demais serviços automotivos, tais como: verificação, rodízio, montagem de pneus, balanceamento de rodas, alinhamentos, entre outros.

Argumentam que a comunhão da cadeia de serviço, agregada à comercialização de pneus, fez com que o “Grupo Gilson Pneus” se tornasse uma das maiores lojas revendedoras de pneus na cidade do Rio de Janeiro, bem como um dos maiores Grupos no setor de Auto Center no Estado do Rio de Janeiro.

Aduzem que, ao longo dos anos, angariaram mais de 2 (dois) milhões de clientes atendidos, venderam mensalmente quase 5 (cinco) mil pneus, gerando um faturamento médio em torno de 4 (quatro) milhões de reais, gerando 110 (cento e dez) empregos direto e o dobro de empregos indiretos e correlatos.

Contudo, não obstante seu expressivo destaque e posição consolidada no mercado de AutoCenter, as requerentes enfrentam momentânea crise financeira, advinda dos impactos econômicos causados pela “COVID-19”.

Por isso, sustentam que o deferimento do processamento da Recuperação Judicial é de suma importância, a fim de (i) estancar a escala do endividamento financeiro; (ii) reestruturar o endividamento com o apoio dos credores; (iii) proteger as Requerentes contra ações de cobrança e execuções; (iv) facilitar a obtenção de novos recursos e (v) redimensionar a operação e relação com fornecedores parceiros, para assim permitir a superação da crise econômico-financeira atual.

É O RELATÓRIO DO NECESSÁRIO. DECIDO.

Inicialmente, quanto ao pedido de consolidação processual, constato que as requerentes apresentaram de forma clara, objetiva e concisa a existência de grupo sob controle societário comum, estando as referidas sociedades interligadas à sociedade Gilson Pneus.

Ademais, não há dúvida de que as requerentes possuem objetos sociais que se complementam, havendo comunhão de esforços para o sucesso da atividade empresarial, sendo certo que a KM29 e a VIGÁRIO GERAL desempenham a principal atividade econômica do Grupo: comercialização de pneus, peças e acessórios para veículos automotores.

Já a sociedade TEIXEIRA DE CASTRO atua de forma complementar às referidas sociedades, haja vista que fornece mão de obra para viabilizar a atividade empresária e, por decorrência lógica, detém quase a totalidade dos funcionários vinculados ao Grupo.

Logo, comprovada a existência de grupo sob controle societário entre as requerentes e a possibilidade de consolidação processual, nos termos do art. 69-G da Lei 11.101/05, passo a analisar se estão preenchidos os requisitos legais para o processamento da recuperação judicial.



No que tange ao mérito, a petição inicial expõe com clareza as causas da crise econômico-financeira, sendo esta essencialmente econômica, decorrente da queda na comercialização dos seus produtos a partir do período da pandemia da Covid-19.

Merece destaque que, como devidamente pontuado pelas requerentes, o Grupo GILSON PNEUS, mesmo desenvolvendo atividade empresarial por décadas, somente em 2019 se valeu do primeiro empréstimo bancário, tendo como escopo investir nas suas próprias atividades empresárias, comprovando o senso de responsabilidade, compromisso e organização do referido Grupo.

Além disso, está comprovado que a atividade empresarial das requerentes foi diretamente afetada pela COVID-19, haja vista a redução de circulação e a significativa queda do setor automobilístico, conforme documentações probatórias apresentadas pelas requerentes.

Outrossim, apesar de superada a COVID-19, as requerentes demonstram de forma clara e objetiva que ainda sofrem com a queda de consumo, aumento dos juros dos empréstimos bancários e retração econômica.

Em contrapartida, constato que as requerentes, antes do pedido de processamento da recuperação judicial, vinham adotando medidas para tentar reduzir a crise econômico-financeira, como: encerramento das atividades em 5 (cinco) lojas, redução de funcionários diretos e, ainda, manutenção das lojas mais rentáveis, fatos estes que corroboram que o pedido de processamento da recuperação judicial não se trata de mera aventura jurídica ou utilização de via transversa para retardar as obrigações assumidas.

Constato, ainda, que está comprovada a possibilidade de superação do momento de crise do Grupo Gilson Pneus, tendo em vista a manutenção da estrutura operacional, solidez no ramo de atuação e o patente *Know-How* conquistado.

Corroborando com a atuação do Grupo, entendo que as projeções econômicas de aumento na atividade desempenhada; a possibilidade de encerramento do cenário recessivo e o deferimento do processamento da recuperação judicial trarão segurança jurídica e econômica para que os requerentes superem o momento de crise.

É salutar destacar, ainda, o soerguimento da sociedade empresária também se soma à possibilidade de renegociação de seus débitos com os credores, em consonância à manutenção desta com fonte geradora de riquezas e empregos.

Destarte, estão configurados os elementos caracterizadores para o processamento da recuperação judicial, conforme impõe o inciso I do art. 51 da Lei 11.101/05, estando acompanhada da documentação exigida pelo inciso II do mesmo artigo.

Nesse diapasão, as Requerentes demonstram estar em exercício regular de suas atividades há mais de 2 (dois) anos, atendendo os requisitos do artigo 48 da Lei 11.101/05.

Apresentam certidões negativas de protestos, de interdições e tutelas e demonstra a inexistência de procedimentos falimentares ou de anteriores recuperações judiciais há



menos de 5 (cinco) anos e inexistência de procedimentos criminais em face dos administradores.

Comprovaram, ainda, os requisitos do artigo 69-G, caput, e §1º da Lei 11.101/05

Por fim, diante da necessária preservação da empresa como produtora de bens e serviços, bem como a patente atuação como responsável pela geração de tributos e de postos de trabalho, **DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em consolidação processual (art. 69-G da LRF), de COMERCIAL KM29 PNEUS LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 07.908.819/0001-09, com endereço na Avenida Brasil, nº 29.501, Realengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 22.730-230 (“KM29”); **BORRACHEIRO VIGÁRIO GERAL LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob nº 31.184.997/0001-00, com endereço na Avenida Brasil, nº 16.721, Irajá, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 21.230-043 (“Vigário Geral”) e **BORRACHEIRO TEIXEIRA DE CASTRO LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob nº 15.484.675/0001-20, com endereço na Estrada do Tindiba, nº 1.575, Pechincha, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 22.740-361 (“Teixeira de Castro”).

Nos termos dos artigos 6º e 52 da Lei n.º 11.101/05:

I – DISPENSA DE CERTIDÕES:

Determino as dispensas das apresentações de certidões negativas para que as requerentes exerçam suas atividades;

II - DO NOME EMPRESARIAL:

Determino que as requerentes acrescentem após seu nome empresarial a expressão “**em recuperação judicial**”;

III - DA SUSPENSÃO DAS AÇÕES:

Determino a suspensão de todas as ações e execuções contra as requerentes, na forma do art. 6º da Lei 11.101/05, devendo os autos permanecerem no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º desta Lei e as relativas a créditos excetados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei;

IV - DA APRESENTAÇÃO DE CONTAS MENSAS:

Determino que as Autoras/Recuperandas apresentem contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial **até o quinto dia útil do mês posterior, remetendo cópia da mesma ao Sr. Administrador Judicial no mesmo prazo**, para o cumprimento do art. 22, II, “c” da LRF, sob pena de destituição de seus administradores;

V - DAS INTIMAÇÕES:

Determino que as intimações do Ministério Público e das Fazendas Públicas Federal, Estadual do Rio de Janeiro, Município do Rio de Janeiro e nos Municípios e Estados que as Recuperandas possuam unidades.



VI – OFÍCIOS ÀS JUNTAS COMERCIAIS:

Determino que se oficie às Juntas Comerciais do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA e dos Estados nas quais as Recuperandas possuam unidades para anotarem o pedido de Recuperação nos registros correspondentes, devendo ser acrescida, após o nome empresarial, a expressão “em Recuperação Judicial”.

VII - DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL:

Determino a expedição e publicação do edital previsto no parágrafo 1º do art. 52 da Lei 11.101/05, devendo ser observado a consolidação processual desta RPJ.

VIII – DA HABILITAÇÃO ADMINISTRATIVA:

Determino que os credores, a contar da publicação do Edital previsto no parágrafo 1º do art. 52 da Lei 11.101/05, **no prazo de 15 (quinze) dias**, apresentem ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados, devendo o Administrador Judicial observar que se trata de recuperação judicial em consolidação processual.

IX – DA PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DE CREDORES PELA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL:

Determino que, nos termos do art. 7º, §2º da LRF, o administrador judicial com base nas informações e documentos colhidos na forma do caput do artigo 7º e do § 1º do referido artigo, publique edital contendo a relação de credores **no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias**, contado do fim do prazo do § 1º do art. 7º, devendo indicar o local, o horário e o prazo comum em que as pessoas indicadas no art. 8º desta Lei terão acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração dessa relação.

Deverá o Administrador Judicial observar que se trata de recuperação judicial em consolidação processual.

X – DAS IMPUGNAÇÕES:

Determino que o credor, em decorrência de eventual impugnação à lista de credores apresentada pela Administração Judicial (art. 7º, §2º), **DISTRIBUA A IMPUGNAÇÃO POR DEPENDÊNCIA**, diretamente no portal eletrônico (PJE), como INCIDENTE PROCESSUAL, observando o prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 8º da LRF, devendo ser processada nos termos do art. 13 e seguintes da LRF.

Ressalto que a apresentação da referida impugnação é **VEDADA nos autos principais** e será considerada como intempestiva, uma vez que caracterizará erro grosseiro.

Por fim, fica a serventia, desde já, **autorizada a excluir as habilitações e impugnações apresentadas neste feito**, mediante certidão e independente de conclusão,

XI - DA APRESENTAÇÃO DO PLANO:



Determino que as Recuperandas apresentem os planos de Recuperação, **no prazo de 60 dias** da publicação desta decisão, observando os requisitos do art. 53 da Lei 11.101/2005 e a existência de consolidação processual.

No ato de apresentação do plano, deverá a Recuperanda providenciar a minuta do Edital em mídia formato Microsoft Word e o recolhimento das custas processuais.

XII - DAS OBJEÇÕES:

Determino que as objeções ao plano deverão ser apresentadas, nestes autos, **no prazo de 30 (trinta) dias** contados da publicação da relação de credores de que trata o §2º, do artigo 7º da LRF.

XIII - DA NÃO INTERVENÇÃO:

Determino que, observando os princípios da celeridade processual e eficiência da prestação jurisdicional, evitando-se tumultos no regular andamento do feito, seja **LIMITADA A INTERVENÇÃO dos credores e terceiros interessados nos autos principais da presente Recuperação Judicial**, salvo quando determinado por lei, como por exemplo, apresentação de objeções ou recursos.

Determino que qualquer requerimento estranho ao regular andamento do feito seja feito em apartado, em procedimento incidental, dando-se vista à Recuperanda, ao Administrador Judicial e ao Ministério Público.

XIV – DAS INTIMAÇÕES:

Determino que **FICA VEDADA** a anotação dos advogados de todos os credores e interessados no processo, cabendo a estes acompanhar o andamento do processo no site deste Egrégio Tribunal de Justiça, devendo a intimação dos atos processuais praticados ocorrer através de publicação no diário de justiça eletrônico (D.O).

XV – DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL:

Nomeio como Administrador Judicial MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ de n.º 06.863.392/0001-07, com sede na avenida Almirante Barroso, n.º 52, grupo 2002, Centro – RJ, Rio de Janeiro, representado por seu sócio JULIO MATUCH DE CARVALHO, inscrito na OAB/RJ 98.885, julio@mcaa.adv.br, que deverá ser imediatamente intimado para, aceitando o mister, lavrar o termo próprio.

Destaco que a referida Administração Judicial nos termos do PROVIMENTO CGJ 38 /2022, art. 6º, §3º somente está nomeada, neste Juízo, na Falência de TRANSPORTES PESADOS CURICICA LTDA.

Tendo em vista o disposto na Recomendação N° 141 de 10/07/2023 do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda e regulamenta parâmetros a serem adotados pelos Magistrados no momento de fixar os honorários do administrador judicial, em processos recuperacionais, determino a intimação do Administrador Judicial nomeado, com base no artigo 3º da referida recomendação, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente orçamento detalhado do trabalho a ser desenvolvido, informando o número de pessoas que serão envolvidas na equipe de trabalho, suas remunerações e a expectativa de volume e de tempo de trabalho a ser desenvolvido no caso concreto.



Com a manifestação do Administrador Judicial, determino que a serventia dê ciência, **por meio de publicação no Diário Oficial de Justiça**, às Recuperadas, aos Credores e ao Ministério Público, **no prazo comum de 5 (cinco) dias**, para, querendo, apresentarem impugnação, conforme determina o art. 3º da Recomendação nº 141/2023.

Em relação à intimação do Ministério Público, não obstante o entabulado no artigo art. 3º, inciso III da Recomendação nº 141/2023 do CNJ, determino que a intimação seja pessoal, nos termos do art. 183, §1º do CPC.

XV.1 - Fica a Administração Judicial advertida de que, na remuneração a ser posteriormente arbitrada pelo Juízo, estarão incluídos todos os gastos com profissionais externos, tais como advogados, contadores, economistas e similares que se façam necessários ao regular processamento do feito, bem como todos os outros custos administrativos para atendimento da presente administração;

XV.2 – Fica a Administração Judicial, nos termos do art. 22, III, “c” da LRF, obrigada a realizar relatório mensal (neste feito principal) quanto ao desenvolvimento das atividades das Recuperandas, a ser apresentado até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente.

XV.3 – Fica a Administração Judicial obrigada a apresentar, no prazo de 30 dias úteis, relatório circunstanciado (neste feito principal) de todas as atividades desempenhadas pelas sociedades, de caráter financeiro, econômico, tendo como finalidade demonstrar ao Juízo e aos credores a realidade das Recuperandas.

XVI - DO PEDIDO DE APRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO INTEGRAL DOS FUNCIONÁRIOS:

Quanto aos pedidos de sigilo em relação aos documentos contidos no artigo 51, incisos IV, VI e VII da LRF, determino que a Recuperanda promova a abertura de incidente processual e junte as referidas documentações no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, devendo peticionar neste feito para informar a numeração do incidente que deverá ser **distribuído em segredo de justiça**.

Esclareço que, em relação aos documentos contidos nos incisos IV e VII, é de interesse dos credores da Recuperanda, ora devidamente listados ou habilitados tempestivamente, saber quem são as pessoas que trabalham para a devedora, seus cargos e seus salários, haja vista a necessidade de poder analisar de forma ampla e irrestrita a viabilidade do PRJ proposto pela Recuperanda.

Por outro lado, não pode o presente processo recuperacional ser utilizado como meio de possibilitar que terceiros, sem qualquer interesse nesta Recuperação Judicial, acessem dados íntimos e sigilosos dos funcionários da devedora e os dados fiscais e bancários das recuperandas.

Destarte, é necessário haver ponderação entre os interesses dos credores da Recuperanda, com direito a aprovar ou rejeitar o PRJ apresentado, e o direito à intimidade, à vida privada dos empregados da devedora e aos sigilos bancários e fiscais da recuperanda.

Assim, concluo que, **o sigilo**, em relação aos documentos contidos no art. 51, incisos



IV e VII, **deve ser concedido parcialmente**, isto é, os credores, que terão direito a aprovar ou não o PRJ, poderão ter acesso aos referidos documentos, para a melhor tomada de Decisão no momento da análise do PRJ.

Evitando tumulto processual desnecessário, esclareço que os credores interessados, ou seja, os que terão direito de aprovar ou rejeitar o PRJ, deverão solicitar diretamente à Administração Judicial as documentações decorrentes do art. 51, incisos IV e VII.

Caberá à Administração Judicial disponibilizar as referidas documentações, **no prazo de 48 horas (a contar do pedido)**, independentemente de nova ordem judicial.

Sem prejuízo, deverá a Administração Judicial informar às Recuperandas as partes interessadas que tiveram acesso aos referidos documentos.

Em caso de negativa, deverá a Administração Judicial comunicar a este Juízo imediatamente os motivos da não disponibilização da documentação.

Por fim, em relação **aos bens pessoais dos administradores e dos sócios controladores (art. 51, VI)**, entendo que o sigilo não deverá sofrer qualquer mitigação, uma vez que a sua disponibilização em nada afetar ao regular andamento desta RPJ, ao contrário, afeta a segurança e intimada dos administradores e sócios controladores.

XVII - DAS CUSTAS PROCESSUAIS:

Defiro o parcelamento da taxa judiciária em 3 (três) parcelas mensais e consecutivas.

À serventia para certificar o correto recolhimento da primeira parcela.

Havendo necessidade de complementação, intime-se a Recuperanda, independentemente de nova conclusão, para efetuar o recolhimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

XVIII – DA JUNTADA DA ÚLTIMAS DECLARAÇÕES CONTRATUAIS:

Às recuperandas para apresentarem, **no prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, as últimas alterações contratuais.

Publique-se. Intimem-se.

RIO DE JANEIRO, 2 de outubro de 2024.

CAROLINE ROSSY BRANDAO FONSECA
Juíza de Direito

